

# De tudo aquilo que não sabemos

Nádia Reciola

Fazia exatos três meses que não chovia. Todos ali sabíamos que os Kaiowá rezam para chover e para parar de chover. O calor e a seca estavam insuportáveis e uma colega pediu a uma anciã da aldeia que rezasse pela chuva. A resposta da rezadora foi de que só faria isso depois que o trator da prefeitura viesse para preparar sua terra<sup>1</sup> e ela pudesse plantar o avaty morotĩ (milho branco sagrado). E continuava sem chover. Até que, numa noite, recebemos uma ligação de uma senhora da aldeia dizendo que “a terra estava queimando”. Perguntamos diversas vezes se não se tratava de mais uma queimada na mata, tão comum na época da seca. E ela dizia que não, que estava saindo fogo de dentro da terra e que todos os nhanderu e nhandecy<sup>2</sup> iriam se reunir para rezar aquela noite (evento raro, devido a divergências entre as pessoas e também à influência de religiões ocidentais). Naquela noite todos rezaram.

Só conseguimos visitar o local na manhã seguinte. Conosco foram ainda um geólogo, um biólogo e a imprensa local, além das pessoas da comunidade. De fato, a terra queimava. Saía fumaça do chão em uma área imensa, onde a terra “afundava”, como que erodida. Quando jogávamos algum graveto ou palha, logo aparecia uma labareda. Eu mesma, ao me aproximar para filmar, caí com os pés afundados na terra e senti a areia queimar como brasa.

Os cientistas presentes logo explicaram que aquilo era um “fogo subterrâneo de turfa”, que devido a uma drenagem feita no local para fins de plantio, se criaram muitos espaços aéreos no subsolo, e que naquela área existe uma matéria orgânica sedimentada de centenas de anos, que queima com facilidade, havendo as condições necessárias: calor e oxigênio. Disseram que o local devia estar queimando ininterruptamente desde a última queimada na superfície, o que devia ter ocorrido em torno de uma semana. Nesse ponto um índio corrigiu, dizendo que já fazia dois meses da última queimada. O cientista duvidou e o índio apontou as plantas ao redor, já bastante crescidas. Assim o cientista foi obrigado a concluir que o subsolo queimava ali sem parar havia dois meses.

Para os Kaiowá, por outro lado, aquele fato era certamente ação de algum tupã<sup>3</sup>, e algumas pessoas associaram o acontecimento a sinais do fim dos tempos, ligados a profecias que Paĩ Chiquito<sup>4</sup>, o fundador da aldeia, fez antes de morrer. Diziam que os humanos sobreviveríamos ao fogo, mas não à água, que viria depois; e que Nhandejara<sup>5</sup> iria “trocar as pessoas” da terra porque não estava mais satisfeito com essas.

O fato é que na tarde desse mesmo dia, depois da noite em que os velhos se reuniram para rezar, e que uma das principais rezadoras anciãs pôde fazer e en-

- 1 Devido ao estado de degradação das terras, é muito mais difícil para os indígenas dessa região plantarem hoje do que era antigamente, especialmente por causa da *brachiaria*, capim difícil de roçar, que toma conta de toda a região. Os índios já se familiarizaram bem com o uso do trator e essa senhora é muito velha para roçar sozinha sua terra na enxada. No entanto, frequentemente o trator da prefeitura “não chega”, atrasando o plantio das pessoas da comunidade, que em sua maioria não têm dinheiro para pagar um trator particular.
- 2 Nome dado respectivamente aos rezadores e rezadoras da comunidade, “pais e mães de todos nós”.
- 3 Entidades que governam as forças naturais.
- 4 Esse grande rezador possuía o dom de “falar com Deus” e de enxergar através das “teias de aranha que temos nos olhos”. É o ancestral que fundou essa aldeia e é respeitado em todo o MS. A rezadora em questão é sua bisneta.
- 5 Nome dado ao Deus criador.

sinar uma reza que nunca tinha feito<sup>6</sup>, finalmente choveu. E choveu da maneira exata que a anciã rezou: sem vento, sem granizo, e que esfriasse por alguns dias depois da chuva, para apagar o fogo da terra. Rezadoras mais jovens (acostumadas a uma lógica religiosa ocidental em que a reza é um pedido que pode ser atendido ou não) até riram de tão alto nível de exigência, de se poder determinar como seria a chuva.

Ainda de manhã, quando o céu já estava cheio de nuvens, os cientistas tentaram “acalmar” os indígenas dizendo que podiam ficar tranquilos, que seus aparelhos “já” haviam detectado que a chuva não passaria daquela noite... A mesma anciã que rezou para chover ouviu calmamente, compreendendo o que podia de português, e respondeu que “sim, que não passaria das quatro da tarde”.

Nesse momento ficou mais claro do que nunca a limitação do não índio em compreender-se como parte de uma cultura também. Nós estudamos outros povos, com seus costumes e “crenças”, enquanto “sabemos” dentro de nós qual é “a verdade”, pois temos a “ciência” a nosso favor. E somos incapazes de ver de outra forma. Não percebemos que uma explicação do tipo “Nhandejara não derruba a casa do índio, feita de sapê, porque Ele respeita e passa o vento por cima” é tão satisfatória quanto dizer que “devido à arquitetura e aerodinâmica da casa tradicional indígena, cujo telhado vai até o chão, a massa de ar é deslocada por sobre a casa, que portanto é mais resistente a vendavais”. Nosso máximo “respeito” por outra cultura ainda não coloca nosso conhecimento científico e religião em pé de igualdade com os de outros povos, os quais insistimos em ver como “primitivos”. Não somos capazes de perceber que nossos aparelhos apenas podem “detectar” a chuva depois de alguém ter rezado por ela. Não, não sabemos rezar pela chuva<sup>7</sup>. E somos arrogantes demais para admitir que alguém saiba.

É digno que, como sociedade envolvente, majoritária e opressora, nós saibamos admitir nossa responsabilidade sobre a atual condição de violação de direitos que sofrem os povos indígenas no Brasil. É lúcido supor que, tal qual se formula o antídoto a partir do veneno, temos ferramentas a oferecer na resolução de problemas que nós mesmos criamos. Dessa forma, a compreensão de nossa política e jurisdição, assim como o acesso à universidade e às mídias digitais, por exemplo, são ferramentas fundamentais para a luta indígena hoje. No entanto é preciso distinguir entre empoderamento e paternalismo e compreender o quão nociva pode ser nossa intervenção na vida do outro, através de políticas públicas que transformam os indígenas em pobres dependentes do Estado ou de projetos que pretensiosamente querem resolver problemas de quinhentos anos em cinco.

Entre abril de 2012 e abril de 2014 estive, com meu então companheiro, Gilberto Machel, vivendo e trabalhando com a população Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho, em Dourados-MS. Nesse tempo fomos testemunhas do assédio constante de ONGs, da ONU e do Governo, todos trazendo dos céus a solução para o “problema dos índios”. Todos tentando enfiar essa solução goela abaixo porque tinham prazos a cumprir e precisavam apresentar resultados a financiadores, que geralmente estavam em seus gabinetes com ar condicionado e luz fria em Brasília ou na Europa. Todos muito bem intencionados mas criando expectativas que raramente são cumpridas, propagando boatos e mal entendidos, numa tentativa falha de comunicação, pois não há vínculo. E no fim a culpa pelo fracasso é sempre dos índios.

É que o tempo da burocracia é irreal e não contempla a relação humana e nem o ritmo natural das coisas. Quantas vezes vi as roças deixarem de ser plantadas porque não havia chegado na FUNAI o diesel do trator; e se havia o diesel não havia o trator, que era da prefeitura; se havia trator e diesel não havia sido liberada a verba das sementes... E assim o período do plantio passava e no ano seguinte tudo se repetia.

Nos esforçamos para agir de outra forma, ouvindo e respeitando de fato o tempo Kaiowá. Uma diferença importante é que o projeto em que atuávamos havia sido idealizado inicialmente por *membros e lideranças da própria comunidade* junto a integrantes do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). A preocupação era o resgate da agricultura tradicional e da autonomia alimentar, bastante difi-

6 Reza tão poderosa essa que não poderia ser pronunciada para fins de ensino, mas apenas quando realmente necessária, pois senão seus efeitos poderiam acontecer de maneira descontrolada. Dessa forma, se não fosse essa circunstância especial, essa reza corria o risco de se perder para sempre, uma vez que uma única pessoa na aldeia a conhecia.

7 No atual estado de calamidade que a cidade de São Paulo vive diante da crise da falta de água e de rigorosa estiagem, certamente provocada pelo excesso de intervenções no ambiente e ausência de planejamento, seria mesmo muito útil a nós sabermos rezar tal qual os Kaiowá e Guarani. Ver: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vereadores-e-diretor-da-sabesp-rezam-por-agua-em-franca,1577376>

cultadas pelo estado de degradação da terra reconquistada e pelo luto espiritual que essa comunidade vivia depois do doloroso processo de retomada (o suicídio dos jovens, o alcoolismo, as disputas internas, a lacuna de uma geração privada de viver plenamente sua cultura).

Panambizinho havia sido uma das últimas T.I.s a serem homologadas no MS, já há cerca de 10 anos, e começava a ser alvo de críticas pela imprensa<sup>8</sup> e pelos latifundiários que acusavam de haver se tornado “terra improdutiva”, numa tentativa de justificar os argumentos contra a demarcação de terras.

Fomos contratados pelo CIMI como permacultores e a proposta de trabalho que apresentamos consistia em aliar conhecimentos da Agroecologia e da Permacultura a um resgate da memória local e muito recente do plantio tradicional Kaiowá. São visíveis as conexões entre o que propõem essas metodologias e a forma tradicional indígena de viver, afinal em grande medida essas técnicas foram mesmo inspiradas em saberes ancestrais dos povos originários. Mas o trabalho a ser feito ali é imenso: é preciso reinventar o *tekohá*<sup>9</sup>, reconstituir a paisagem (pois a floresta que foi derrubada é a fonte primeira de alimento, matéria-prima e remédio), reequilibrar todo um ecossistema (que esbarra por todos os lados nas monoculturas regadas a agrotóxicos), redesenhar a forma viver e de ocupar o espaço (pois agora é uma área com limites demarcados e famílias que seriam de comunidades distintas têm de coexistir numa mesma “aldeia” forjada), resgatar e fortalecer a espiritualidade (a despeito de todo assédio das religiões ocidentais que muitas vezes demonizam a

religião tradicional), recriar as relações internas e com a sociedade envolvente.

Nos mudamos para uma pequena vila exatamente ao lado da aldeia e o primeiro ano foi basicamente o período de conhecermos mais de perto as pessoas da comunidade e elaborarmos um diagnóstico e planejamento para o trabalho a ser realizado. Sabíamos que havia muito a ouvir, aprender e observar antes de

fazer qualquer proposta. Então, orientados e auxiliados pelos membros mais experientes da equipe local, Leda, Geraldo e Anastácio<sup>10</sup>, passamos esse período visitando cotidianamente as cerca de cem famílias da aldeia, nos envolvendo com os acontecimentos, propondo pequenas atividades, conversando muito com todos, enfim, convivendo.

Tivemos a oportunidade de experimentar a vida que se leva em Panambizinho: as longas caminhadas sob o sol escaldante, os dois únicos horários de ônibus até a cidade ou os 23km de pedalada até lá, a impossibilidade de se deslocar nos dias de chuva por causa da lama, a irritação nos olhos quando os fazendeiros jogavam “secante” nas plantações de milho e soja e o veneno se espalhava com o vento, os olhares fofos das pessoas ao redor porque nós andávamos com os índios. A sensação de estarmos sendo vigiados era constante, a pergunta que eu mais ouvia era se eu não tinha medo, e uma atmosfera densa pairava e me remetia a *Dogville*<sup>11</sup>. Pois a cada vez descobríamos novas histórias de exploração velada e inúmeras maneiras que as pessoas encontravam de lucrar sobre os índios, ao mesmo tempo em que os acusavam em seus discursos. Ape-

8 A revista Veja, em sua edição 2272, de 13 de junho de 2012, publicou uma reportagem que mostrava uma foto aérea, dividida pela estrada, e de um lado estava Panambizinho e de outro a monocultura das fazendas, com o título “Adivinhe qual é a terra dos índios”. Além de uma série de afirmações falsas e acusações infundadas, a reportagem faz a absurda comparação entre a quantidade de terra “per capita” que possuem os índios e os habitantes urbanos, obviamente sem citar a quantidade “per capita” de terra que possuem os latifundiários ou mesmo cada cabeça de gado.

9 *Tekohá* é o “lugar onde eu posso ser quem sou”.

10 Leda Vieira é pedagoga, Geraldo Alkmin é missionário do CIMI e Anastácio Peralta é liderança política Kaiowá. Todos atuantes de longa data nas lutas indígenas, formavam conosco a equipe local do projeto.

11 Cidade-cenário desenhada no chão, com casas sem paredes ou privacidade, do filme *Dogville* (Lars von Trier, 2003). (N.d.E.).



nas experimentando essa vida foi possível perceber que antes disso não sabíamos nada desse povo além da superfície: aquele olhar raso que se espanta com suas roupas e celulares, sem notar sua religiosidade e seus ritos sendo profundamente vivenciados todos os dias, e pior, sem notar a dimensão de sua capacidade de resistir aos golpes mais duros.

A ignorância da sociedade brasileira acerca dos povos indígenas chega ao ponto de se querer negar sua existência. Porque eles são **aqueles que não são como nós**, e que portanto demonstram a existência de outras realidades, outros valores, outras lógicas, distintas das nossas. Isso incomoda e queremos acreditar que é assim porque eles “ainda” não entenderam alguma coisa. É como se a simples possibilidade de uma outra forma de viver fosse a negação do caráter de veracidade absoluta que queremos atribuir a nossa própria cosmovisão, a saber: nossa política, ciência e religião. E é justamente sobre esse total desconhecimento acerca de **quem são os indígenas hoje**, que se fundamenta e se propaga a injustiça e o genocídio que sistematicamente se opera contra esse povos.

Foi bonito notar que, se no início nosso diálogo com as pessoas em Panambizinho era truncado, e achávamos que isso se devia a diferenças da língua, conforme o tempo passava e nos tornávamos verdadeiramente amigos, essas dificuldades desapareciam. Não é tarefa simples conquistar a confiança sincera de um Kaiowá. Afinal é tanto assédio, tanta gente dizendo como eles devem viver e o que devem fazer, que é natural que desconfiem de todos. Mesmo os mais bem intencionados repetem sempre a mesma ladainha de equívocos, enquanto outros, deliberadamente mal

intencionados (políticos em campanha, fazendeiros) tiram proveito da situação. Os Kaiowá e Guaraní sabem bem que essas pessoas vêm e vão, que as promessas nunca são cumpridas e que é mais fácil acenar que “sim” com a cabeça e deixar o vendaval passar. Infelizmente porém, nós também tínhamos prazos a cumprir e contas a prestar para financiadores europeus. E esse trabalho de

tradução cultural constante certamente era o que mais nos tomava energia e o maior obstáculo ao andamento do projeto.

Aos poucos, o sonho foi se desenhando na proposta de um “Centro Experimental em Agroecologia Kaiowá”, uma espécie de escola livre, onde a partir da questão central da produção de alimento, pudesse haver um espaço e tempo de convívio onde os saberes ancestrais pudessem ser transmitidos livremente e novos saberes pudessem surgir, onde **soluções Kaiowá** pudessem ser criadas para os problemas dos Kaiowá.

Afinal, a escola pública convencional é um aparelho do Estado que ocupa um espaço enorme na vida da aldeia e cumpre ali um papel profundamente destruidor. Acaba se tornando um instrumento de disputa interna de poder e pelos poucos cargos de trabalho que oferece. Além disso, tira as crianças do convívio familiar, que é onde aprenderiam a viver segundo seus próprios costumes, e lhes oferece um treinamento diário para a assimilação dos valores e saberes da sociedade envolvente. A interferência se dá em todos os níveis: os alunos deixam de aprender a trabalhar na roça enquanto aprendem a desejar e comer produtos industrializados; são alfabetizados em português e têm todas as aulas nessa língua enquanto têm uma aula semanal de sua língua materna, como se fosse uma língua estrangeira; o currículo e o material didático<sup>12</sup> não contemplam nenhum aspecto de sua cultura; o calendário escolar impõe as datas e festividades da sociedade não índia (festa junina, dia das mães), ao passo

12 A FAIND - Faculdade Intercultural Intercultural Indígena, da UFGD, vem desenvolvendo um trabalho muito sério na formação de professores indígenas, e também na produção de material didático, através do Núcleo UFGD do projeto Saberes Indígenas na Escola.

que desconsidera o calendário Kaiowá, orientado pelos ciclos naturais e rituais sagrados; e professores não indígenas despreparados disseminam e reforçam toda espécie de preconceitos<sup>13</sup>. A escola é um ótimo exemplo da violência “invisível” que se exerce ininterruptamente sobre os índios.

A partir da realização de um curso de Sistemas Agroflorestais Sucessionais<sup>14</sup>, que contou também com a participação, como intercâmbio, de lideranças de outras aldeias Kaiowá, Guaraní e Terena, estabelecemos um ritmo de encontros semanais em que coletivamente fazíamos o manejo dos canteiros de agrofloresta, conversávamos sobre o que era importante para a comunidade e almoçávamos juntos uma comida feita dos produtos agroflorestais. Ao longo de todo esse processo houve muitas vitórias. O discurso ia se transformando e as pessoas passando a chamar aquele espaço de “**Universidade Livre Kaiowá**”; jovens e lideranças dizendo que o que o Kaiowá tem que fazer hoje é “plantar agrofloresta”; pessoas que já não cultivavam roças retomando esse ato sagrado; os jovens se unindo e se engajando em projetos próprios e o afastamento de muitos deles da bebida; a construção de novas Casas de Reza; e até o aparecimento de animais silvestres que já não se via com tanta frequência. Porque tudo isso está integrado e faz parte de um mesmo processo de resgate e empoderamento. Mas são resultados dificilmente quantificáveis e, como tudo o que importa, só no convívio se pode perceber de fato. Como Anastácio nos disse uma vez, “antes de resgatar a agricultura é preciso resgatar o agricultor”. A questão é, de fato, humana.

E quando tudo ao redor diz o exato contrário, a dificuldade aumenta. A paisagem ali é toda de monoculturas de soja e milho e as oportunidades de trabalho são basicamente a semiescravidão nas fazendas. Todo tempo pessoas entram na aldeia para vender produtos aleatórios a preços altos ou para convencer os idosos a fazerem empréstimos bancários; há pessoas que trocam cachaça por trabalho indígena ou pelos produtos da cesta básica; pessoas que se dispõem a fazer o “favor” ir ao banco com os cartões dos idosos e suas senhas para sacar sua aposentadoria para eles que não sabem usar os caixas eletrônicos e nem exatamente quanto têm a receber. Todos são exploradores em potencial e “a culpa é dos índios que não sabem usar o dinheiro que recebem e que são alcoólatras”.

Nesse sentido vejo que na condição de não indígenas nossa maior responsabilidade é formar a nós mesmos, reconstruir nosso imaginário e frear as atrocidades cometidas por nosso próprio povo. E não falo apenas dos ruralistas que são inimigos declarados dos índios, mas de todos nós que repetimos o discurso racista de maneira impensada, criticando e opinando sem ter a mínima dimensão do que significa estar na pele do outro. Não se trata absolutamente de nossa *opinião* sobre o assunto. É preciso lembrar do tanto que simplesmente **não sabemos**. Diante dessa dor *do outro*, que nos pertence também, mas que não sabemos sentir, a única atitude digna é ouvir. Com atenção plena e absoluta. E aprender da dor *do outro*. Da luta que é do outro. Mas que nos pertence também.

13 Logo que chegamos a Panambizinho era época dos Jogos Indígenas e um dos grandes acontecimentos era o concurso de *Miss Panambizinho*. Promovido pelas professoras da escola como um evento de “interculturalidade”. As garotas desfilavam com “roupa típica” e com “traje social” perante jurados que eram convidados de fora e que, segundo sua visão estereotipada, votavam na “mais bonita da aldeia” em cada uma das faixas etárias. Alunas me relataram que as professoras insistiam muito para que elas desfilassem e eu vi as segundas e terceiras colocadas aos prantos por terem perdido e jurando fazer feitiço contra a vencedora. O resultado era a promoção do ódio e da intriga entre as meninas, crianças e adolescentes da aldeia, que durante todo o ano seguinte continuavam a relembrar esse fato, até o próximo desfile, quando tudo começava outra vez.

14 No ano anterior, havíamos levado um grupo de 7 indígenas para fazer o curso de Sistema Agroflorestais Sucessionais no Sítio Semente, em Brasília. A experiência se mostrou profundamente bem sucedida e, a nosso convite, o agricultor Juã Pereira, especialista em Agrofloresta e responsável pela produção orgânica do Sítio Semente, foi até Panambizinho ministrar um curso aberto para todos os interessados da aldeia.